

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E INCLUSÃO SOCIAL: O IMPACTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE JARDIM BRASIL II NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Mariana Luiz de Assunção¹
Evellin Andressa Santos Nunes²
Inayara de Holanda Caldas³
Izabelly Carmelita Ribeiro da Rocha⁴
Bruna Tarcília Ferraz⁵

RESUMO

Este trabalho investiga o impacto da educação não formal na inclusão social de comunidades em vulnerabilidade, com foco na Associação dos Moradores de Jardim Brasil II, em Olinda-PE. A pesquisa, baseada em observações e seis entrevistas realizadas com a presidente da associação, duas professoras e três estudantes, analisa como projetos comunitários oferecem qualificação profissional através de cursos como: cuidador de idosos, design de sobancelha e trancista, trazendo oportunidades para moradores. O interesse pelo tema surgiu a partir da disciplina de Educação de Jovens e Adultos, que despertou a reflexão sobre a educação popular como uma forma essencial de ensino, ampliando a discussão para a educação não formal. Fundamentada nos estudos de Gohn (2014), Arroyo (2005) e Freire (1991), a pesquisa destaca a educação não formal como um processo sociopolítico e pedagógico essencial para a formação cidadã. Na associação, cursos e capacitações são conduzidos por professores voluntários e membros da comunidade, favorecendo uma aprendizagem coletiva que transcende as limitações da educação formal. O estudo evidencia que, ao proporcionar novas oportunidades, a educação não formal fortalece vínculos sociais e fomenta a empregabilidade, permitindo que beneficiados retornem para compartilhar conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento local. Os resultados demonstram que essas iniciativas não apenas suprem lacunas educacionais, mas também promovem inclusão e transformações sociais concretas. Dessa forma, conclui-se que a educação não formal desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, criando alternativas para aqueles que enfrentam dificuldades de acesso à educação tradicional e incentivando o compromisso comunitário como instrumento de mudança social.

Palavras-chave: Educação não formal, Educação Popular, Inclusão Social, Projetos comunitários e Qualificação profissional.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural- PE, marianassun03@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural - PE, evellinsnunes@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural - PE, inayaraholanda08@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural - PE, izabelly.ribeiro@ufrpe.br;

⁵ Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal - PE, btf1@hotmail.com;



INTRODUÇÃO

A educação, em suas múltiplas dimensões, constitui um dos principais instrumentos de transformação social e da promoção da cidadania. Para além do espaço escolar, práticas educativas desenvolvidas em contextos comunitários têm se consolidado como alternativas significativas para populações que enfrentam barreiras de acesso à educação formal. Nesse contexto, a educação não formal ocupa lugar de destaque por possibilitar processos formativos que dialogam com as necessidades concretas de comunidades em situação de vulnerabilidade, promovendo tanto a inserção social quanto a construção de novas perspectivas de vida.

Experiências de educação não formal desenvolvidas em associações, movimentos sociais e projetos comunitários vêm ganhando cada vez mais relevância, pois respondem a desafios impostos pela desigualdade estrutural e pela ausência de políticas públicas eficazes. Ao oferecer cursos, oficinas e atividades de qualificação, essas iniciativas não apenas ampliam o acesso a conhecimento e saberes, mas também favorecem a empregabilidade, fortalecem os vínculos coletivos e estimulam a participação cidadã.

É nesse cenário que se insere o presente trabalho, cujo foco recai sobre a atuação da Associação dos Moradores de Jardim Brasil II, localizada em Olinda-PE. A investigação buscou analisar o impacto da educação não formal na inclusão social da comunidade, considerando os projetos desenvolvidos pela instituição, especialmente os cursos profissionalizantes de cuidador de idosos, design de sobancelhas e trancista. A escolha pelo tema surgiu durante a disciplina de Educação de Jovens, Adultos e Idosos⁶, que possibilitou refletir sobre a importância da educação popular como prática emancipatória e, conseqüentemente, sobre o papel da educação não formal na ampliação das oportunidades educativas.

O estudo fundamenta-se nas contribuições de Gohn (2014), Arroyo (2005) e Freire (1991) que destacam a educação não formal como um processo sociopolítico e pedagógico fundamental para a formação crítica e cidadã. A metodologia adotada envolveu observações in loco e entrevistas semiestruturadas com a presidente da

⁶ Trabalho resultante de pesquisa desenvolvida no âmbito da disciplina Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAII), do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no ano de 2024.



associação, duas professoras voluntárias e três estudantes, permitindo compreender os impactos sociais e educacionais dessas práticas no cotidiano da comunidade.

Dessa forma, a análise da atuação da Associação dos Moradores de Jardim Brasil II evidencia como a educação não formal, articulada às práticas de educação popular, promove autonomia, engajamento comunitário e ampliação das possibilidades de cidadania. Ao incorporar as perspectivas de Pateman (1992) e Brandão (1986), o estudo reforça que tais iniciativas vão além da transmissão de saberes, funcionando como importantes instrumentos de transformação social e fortalecimento dos vínculos coletivos.

METODOLOGIA

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, combinando observação participante, uma vez que buscou compreender as práticas nas dimensões não-formais educacionais dentro da Associação dos Moradores de Jardim Brasil II. O procedimento metodológico adotado foi a realização de entrevistas semi-estruturadas com duas professoras, cinco alunas que são membros da comunidade e a presidente da associação. As observações foram realizadas em três visitas nos meses de janeiro e fevereiro, manhã e tarde, permitindo o acompanhamento das práticas educativas, das dinâmicas sociais e das interações no ambiente.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, gravadas em áudio e posteriormente transcritas para análise da vivência da comunidade em conjuntura com os teóricos: Arroyo (2005), Freire (1991), Gohn (2006 e 2014), que embasam a interpretação dos relatos e a compreensão do papel da Educação não formal na transformação das trajetórias de vida da comunidade observada.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação, compreendida enquanto um processo fundamental para o desenvolvimento humano e social, ultrapassa a ideia da transmissão de conteúdos e informações em instituições formais, manifestando-se em diferentes espaços e contextos sociais. Trata-se de um fenômeno amplo e contínuo, que acompanha o indivíduo ao longo da vida e se constrói a partir das relações estabelecidas com o meio que vive. Nesse sentido, educar não se restringe à sala de aula ou a ambientes escolares, mas envolve experiências cotidianas, interações, sociais, culturais, políticas e familiares que



contribuem significativamente para a formação dos sujeitos. Assim, a educação pode ser entendida como um campo plural, no qual diferentes práticas e saberes se articulam e assumem múltiplas formas. Nessa perspectiva, a educação apresenta-se por diferentes processos, envolvendo sujeitos, espaços, finalidades e objetivos distintos.

Para uma melhor compreensão dessas dimensões da educação para além da formal, Maria da Glória Gohn (2006, p.28) distingue e demarca seus significados, esclarecendo que

[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Nesse mesmo movimento de ampliação do conceito de educação, emerge a educação popular como uma prática que se enraíza nas experiências coletivas e nos saberes das comunidades. Para Brandão (1986), ela não se restringe a um espaço institucional, mas se define pela intencionalidade de promover a conscientização e a transformação social. Diferencia-se das demais formas de educação por seu caráter político e emancipador, valorizando o diálogo, a cultura e a participação dos sujeitos na construção do conhecimento.

O Papel dos Espaços Sociais (ONGs, Associações e Movimentos) na Educação Não Formal

Segundo Freire (1991), os espaços sociais carregam dimensões que englobam o aprendizado político com direitos, possibilidades do presente como mutável e não como determinante de uma realidade inflexível. Sendo assim, saber que existem possibilidades de mudanças tornam os indivíduos capazes de interferir na realidade, aguçando a criticidade dos sujeitos em relação ao meio e ao mundo. O educador pernambucano (1991) enfatiza que os espaços sociais de aprendizado carregam dimensões que transcendem a mera instrução. De acordo com essa perspectiva, a educação não é um ato de depositar conteúdo, mas um processo de “conscientização”.

Nessa mesma linha, Gohn (2014) afirma que os trabalhos desenvolvidos em ONGs, associações e movimentos sociais capacitam os indivíduos para o trabalho e para



a vida em comunidade, promovendo aprendizagens que fortalecem a organização social e a leitura crítica da realidade. A autora destaca que:

[...] a educação não formal é uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível social ou de escolaridade. [...] Pelo fato de ser menos estruturada e mais flexível [...] Quando é acionada em processos sociais desenvolvidos em comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores. (Gohn, 2014, pág. 42).

Com base nessa compreensão, observa-se que a educação não formal atua como instrumento de inclusão social e fortalecimento comunitário, valorizando os saberes locais e a cultura popular. Miguel Arroyo (2005) reforça essa dimensão ao tratar a educação como um direito fundamental, voltado especialmente para sujeitos historicamente silenciados. Para o autor, as práticas educativas em espaços sociais ampliam a noção de cidadania e reafirmam a educação como direito inseparável de outros — como terra, moradia, cultura e identidade.

Ao refletir sobre os espaços sociais sob a ótica freireana, percebe-se que tais ambientes constituem verdadeiros territórios de construção coletiva, onde o diálogo se torna ferramenta essencial. O diálogo, conforme enfatiza Freire (1996), não é mero recurso didático, mas condição fundamental para a humanização, pois nele emergem saberes diversos que se confrontam e se complementam. Nesse sentido, associações comunitárias e movimentos sociais, ao desenvolverem cursos, oficinas ou projetos culturais, instauram práticas pedagógicas que possibilitam a troca de experiências e a valorização das identidades locais, legitimando o saber popular como fonte de conhecimento.

O Processo Participativo dos Indivíduos nos Movimentos Socioeducacionais

A reflexão sobre a relação entre participação e educação não formal parte do entendimento de que ambos os conceitos estão intrinsecamente ligados à construção da cidadania. Segundo Pateman (1992), a principal função da participação em sociedades democráticas é educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de habilidades e procedimentos democráticos. A democracia participativa, portanto, não se restringe a um modelo de governo, mas



configura-se como um processo pedagógico contínuo, no qual os indivíduos aprendem, pela prática, a exercer seus direitos, a compartilhar responsabilidades e a construir coletivamente soluções para os problemas sociais. Essa perspectiva reforça a ideia de que quanto mais indivíduos participam, mais preparados se tornam para ampliar esse exercício, gerando um ciclo de autoformação e fortalecimento da própria democracia (Pateman, 1992, p. 61-62)

Essa compreensão converge com os estudos de Gohn (2014), ao afirmar que a educação não formal envolve participação, cooperação e comprometimento, promovendo impacto educativo e caráter pedagógico. Em suas palavras:

[...] as práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. (Gohn, 2014, p. 40).

Nesse contexto, as associações de moradores, ONGs, coletivos culturais e redes comunitárias ampliam os acessos a práticas formativas que vão além da lógica do mercado, abrindo horizontes que integram cultura, arte, direitos humanos e práticas de solidariedade. A principal contribuição desses espaços é promover uma aprendizagem que não se limita ao adestramento ou à transmissão verticalizada de conteúdos, mas que se constrói a partir da experiência, do diálogo e da ação coletiva.

Miguel Arroyo (2005) reforça esse debate ao sublinhar que os movimentos sociais trazem à cena educacional a noção de direitos. Para ele, a escola ainda se encontra muitas vezes presa à lógica do mercado, preparando alunos para o trabalho e não para a cidadania plena. Já os movimentos sociais, ao introduzirem a ideia de que o direito à educação é inseparável de outros direitos — como terra, moradia, cultura e identidade —, ampliam a compreensão do papel da educação e tensionam as estruturas tradicionais da escola. Nesse movimento, a educação não formal se apresenta como um campo de resistência e de emancipação, na medida em que possibilita que os sujeitos reconheçam as marcas das desigualdades históricas e se organizem para transformá-las em pautas de luta coletiva.

A intencionalidade pedagógica da educação não formal também a diferencia da educação informal. Gohn (2014, p. 40) ressalta que, enquanto a educação informal ocorre de maneira espontânea, a não formal pressupõe uma decisão e um planejamento: há vontade e escolha dos sujeitos em realizar determinadas práticas, seja em grupos,



coletivos ou ações individuais articuladas socialmente. Trata-se de uma aprendizagem que pode assumir diferentes dimensões, como a capacitação profissional, a organização comunitária, a politização de jovens e mulheres e a valorização da cultura local. No caso brasileiro, por exemplo, cursos promovidos por secretarias municipais em parceria com associações comunitárias — como de cuidador de idosos, artesanato ou formação política de mulheres — são expressões concretas de educação não formal que impactam diretamente na vida social e econômica das comunidades.

Esse processo de aprendizagem, como lembra Gohn (2014), deve ser entendido como um movimento criativo e formador, que ultrapassa o simples treinamento de normas instrucionais. Ele se aproxima da concepção freireana de educação, que enfatiza a necessidade da consciência crítica e da problematização da realidade. Não é à toa que os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, vinculados à pastorais e comunidades eclesiais de base, foram pioneiros na utilização da educação não formal para fomentar uma leitura crítica do mundo e fortalecer a luta por direitos (Gohn, 2014, p. 44).

Assim, ao unirmos as dimensões atribuídas ao campo social da democracia participativa com o campo da educação não formal, torna-se evidente que ambos se alimentam mutuamente. A participação garante o caráter pedagógico e democrático da educação não formal, enquanto esta amplia a compreensão da cidadania e fortalece a prática democrática.

Esse caráter formativo ganha ainda mais densidade quando observamos os impactos coletivos dessas práticas. A participação em movimentos sociais ou em associações comunitárias gera um ciclo de autoformação e de formação mútua: ao mesmo tempo em que o indivíduo aprende, também ensina, partilha saberes, constrói identidades coletivas e fortalece vínculos sociais. É nesse processo que se constituem sujeitos políticos, capazes de compreender que sua trajetória pessoal está intrinsecamente ligada à luta por condições mais justas e dignas para o conjunto da sociedade. A educação não formal, portanto, vai além do plano individual e contribui para a emergência de uma cidadania ativa, que questiona, reivindica e transforma.

Dessa maneira, compreender a educação não formal a partir de sua articulação com a democracia participativa é reconhecer que a formação cidadã não ocorre apenas dentro da escola, mas em múltiplos espaços sociais que, ao promoverem participação, tornam-se lócus privilegiados de aprendizagens democráticas. É nesses espaços que se exercita a escuta, o diálogo, o respeito à pluralidade e a prática da solidariedade. Mais



do que uma alternativa à escola, a educação não formal representa uma dimensão indispensável de uma educação integral, que reconhece o sujeito em sua totalidade, em suas necessidades e em sua potência transformadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das vivências e observações realizadas durante a pesquisa evidencia que a Associação de Moradores do Jardim Brasil II transcende a função de um simples espaço de encontro ou movimento social. Ela representa um local de resistência, esperança e suporte comunitário, suprimindo lacunas deixadas pelo poder público e se consolidando como um polo de educação não formal e de fortalecimento da cidadania.

Durante as visitas, ficou evidente que a Associação não apenas oferece cursos profissionalizantes e atividades recreativas, mas também cumpre o papel de mediação social em questões burocráticas e cotidianas da comunidade. Moradores utilizam o espaço como ponto de referência para recebimento de encomendas, emissão de comprovantes de residência e resolução de problemas que demandam legitimidade institucional. Esse tipo de função ultrapassa a visão tradicional de uma associação de bairro e demonstra a centralidade da instituição na vida comunitária. Tais práticas dialogam diretamente com a concepção de Gohn (2014), que afirma que a educação não formal ocorre em espaços de participação, cooperação e comprometimento, respondendo a demandas locais e fortalecendo identidades coletivas.

Outro ponto central foi a constatação de que a Associação funciona como um espaço de emancipação feminina. Cursos como o de trancista, designer de sobancelhas e cuidadora de idosos não se limitam à qualificação técnica, mas ampliam horizontes de independência financeira e fortalecimento da autoestima. As mulheres entrevistadas relataram encontrar, nesses cursos, um caminho para não depender economicamente de figuras masculinas, criando alternativas de sobrevivência em um contexto de desigualdade social. Arroyo (2005) ressalta que movimentos sociais e comunitários trazem à cena educacional a noção de direitos, especialmente quando ampliam o debate para além do mercado de trabalho, incorporando dimensões de cultura, gênero e identidade. Nesse sentido, a Associação de Jardim Brasil II se torna um espaço pedagógico que desafia desigualdades históricas e promove novas perspectivas de vida.

A pesquisa revelou ainda o protagonismo da figura de Terezinha, presidente e fundadora da Associação, cuja liderança é fundamental para a manutenção das



atividades. Sua atuação, iniciada em 1987, evidencia a força do ativismo comunitário e da mobilização popular. No entanto, essa dependência excessiva em torno de uma liderança individual aponta para um risco estrutural: a fragilidade da continuidade das ações caso não haja políticas públicas que garantam a sustentabilidade do projeto. Tal constatação confirma a análise de Pateman (1992), para quem a participação democrática deve ser compreendida como um processo educativo coletivo, e não como a centralização em figuras isoladas. A ausência de apoio institucional, portanto, ameaça a perenidade do trabalho e limita o alcance das conquistas.

Além disso, as observações mostraram que os cursos oferecidos pela Associação não se restringem ao bairro de Jardim Brasil II. Pessoas de comunidades vizinhas procuram o espaço em busca de formação e oportunidades, evidenciando o impacto regional da iniciativa. Isso confirma a relevância da educação não formal como mecanismo de inclusão e acesso, principalmente em territórios onde o Estado não garante condições mínimas de dignidade. A cobrança simbólica de taxas — como os R\$10 utilizados para compra de água, copos descartáveis e materiais de consumo — reforça o caráter de autossustentação, mas também revela as limitações impostas pela falta de apoio governamental.

Outro aspecto significativo foi o caráter relacional e afetivo das práticas educativas observadas. Durante as aulas de tranças, por exemplo, percebemos que o aprendizado não se dava apenas na dimensão técnica, mas também na partilha de experiências, histórias de vida e construção de redes de apoio. As alunas se fortaleciam mutuamente, e o ambiente se configurava como espaço de acolhimento e solidariedade. Essa dimensão confirma o que Gohn (2014, p. 39) descreve como “movimento criativo e formador” da educação não formal, que vai além do simples treinamento instrucional e se aproxima de uma prática de emancipação.

Em paralelo, os cursos de cuidador de idosos mostraram como a associação promove uma educação orientada para demandas reais do mercado, mas sem perder de vista a função social de preparar cidadãos críticos e conscientes. Ao oferecer certificação gratuita, a associação amplia a empregabilidade das alunas e possibilita que elas conquistem autonomia em um campo de trabalho crescente, especialmente diante do envelhecimento da população. Trata-se de uma ação concreta que articula cidadania, direitos sociais e perspectivas de futuro.

Contudo, os desafios permanecem. A pesquisa evidenciou que a garantia da moradia, conquistada pelos moradores, não assegura por si só condições dignas de vida.



Faltam saneamento, segurança, acesso contínuo à educação e políticas públicas de cultura e lazer. Assim, a Associação surge como uma forma de resistência, mas ainda carece de apoio institucional para expandir suas ações. A ausência de parcerias consistentes com o poder público fragiliza a continuidade das iniciativas e reforça a desigualdade social, transferindo às comunidades a responsabilidade de suprir carências que deveriam ser atendidas pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, a análise aprofundada das vivências e dos depoimentos revelou percalços estruturais que desafiam a perenidade e a eficácia plena desse trabalho. O primeiro e mais urgente percalço é a fragilidade institucional da Associação, cuja manutenção se apoia excessivamente na força e no carisma de uma liderança individual – a presidente e fundadora. Embora o ativismo de Terezinha seja a mola propulsora do projeto, essa centralização impõe um risco significativo à sua continuidade e contradiz o princípio de democracia participativa defendido por Pateman (1992), que requer a distribuição e o exercício coletivo das habilidades de gestão e de cidadania. O segundo percalço, e talvez o mais grave, é a persistente omissão do poder público, que transfere para a própria comunidade a responsabilidade de suprir carências essenciais. A Associação atua como um polo de inclusão, mas simultaneamente mascara a ineficiência do Estado ao mediar problemas burocráticos e sociais e ao prover serviços que deveriam ser garantidos. A ausência de saneamento básico, segurança adequada e políticas públicas de cultura e lazer nas cercanias da Associação demonstra que a conquista da moradia, por si só, não assegura as condições mínimas para uma vida digna. A manutenção do projeto por meio de taxas simbólicas de autossustentação, embora louvável, revela a precariedade das bases e a falta de reconhecimento do valor estratégico da educação não formal como um bem público essencial.

A pesquisa, portanto, conclui que a educação não formal na Associação de Jardim Brasil II é um fenômeno de resistência e de emancipação de alto impacto social. Ela gera empregabilidade, constrói cidadania e transforma trajetórias de vida, provando ser um mecanismo poderoso de inclusão em territórios de alta vulnerabilidade. O aprendizado nesses espaços transcende o treinamento, pois ensina o indivíduo a se reconhecer como sujeito político e agente de sua própria história. No entanto, é fundamental que essa prática deixe de ser um ato heroico e isolado de ativismo e se



torne um direito social estruturado e sustentado. O avanço para a inclusão social plena e duradoura exige uma ação articulada e responsável do Estado. As políticas públicas precisam reconhecer a legitimidade e o valor pedagógico desses movimentos, fornecendo financiamento consistente e apoio institucional para garantir a perenidade dos projetos, a formação de novas lideranças e a expansão do impacto para além das fronteiras do bairro.

O grande desafio para o futuro reside em como institucionalizar o suporte a esses espaços, garantindo que o ciclo virtuoso de aprendizagem, participação e transformação social possa operar sem a ameaça constante da precariedade, consolidando a educação não formal como um pilar indispensável para a construção de uma sociedade brasileira mais democrática, justa e equitativa. A lição de Jardim Brasil II é clara: a comunidade tem a potência da transformação, mas necessita urgentemente da parceria estatal para que essa potência se converta em realidade sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Educação do campo:** pesquisa, política e prática. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular.** 1986. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/ee3ade27-7263-444c-8361-88b1a23fb605/content>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e participação política:** democratizando a democracia. Petrópolis: Vozes, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação popular e participação:** teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2014.



PATEMAN, Carole. **Participation and Democratic Theory**. Cambridge University Press, 1970.

